

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1- SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS (INTERNOS E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS), E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), PARA GARIS, JARDINEIROS E ELETRICISTAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MADALENA/CE, nos termos da tabela anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025 contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por iguais períodos, caso haja necessidade, desde que formalizado mediante aditivo contratual.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.827,77 (cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos).**

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, da Lei n. 14.133/2021).

A contratação do serviço de confecção de fardamento para identificação dos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, bem como a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais das áreas de coleta de lixo (garis), jardinagem e eletricitas, é de suma importância para garantir a segurança, organização e eficiência nos trabalhos realizados pela municipalidade.

2.1. Identificação e Padronização: O fardamento adequado possibilita a identificação dos servidores municipais, promovendo maior organização e padronização nas atividades executadas. Além disso, a uniformização facilita a supervisão e a comunicação interna, garantindo maior fluidez nas ações realizadas e a agilidade nos processos administrativos. Isso é especialmente relevante para os servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que atuam em diversos pontos da cidade, realizando tarefas essenciais para o bom funcionamento da infraestrutura urbana.

2.2. Garantia de Segurança e Saúde no Trabalho: A aquisição de EPIs para os profissionais da coleta de lixo, jardinagem e eletricitas é fundamental para garantir a proteção contra acidentes de trabalho, riscos ambientais e doenças ocupacionais. A utilização de equipamentos de segurança adequados (como luvas, botas, capacetes, uniformes e protetores auditivos) protege os trabalhadores de lesões e exposições a agentes nocivos, como substâncias químicas, objetos cortantes, ruídos excessivos e outros riscos presentes em suas atividades diárias.

2.3. Cumprimento das Normas de Segurança: De acordo com a legislação vigente, em especial as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-6 e NR-18), a utilização de EPIs é obrigatória para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, principalmente em funções de risco, como as desempenhadas pelos gari, jardineiro e eletricista. A compra de EPIs, além de atender a essas exigências legais, demonstra o compromisso do município com a integridade física dos seus servidores.

2.4. Valorização dos Servidores Públicos: O fornecimento adequado de fardamento e EPIs também está ligado à valorização dos servidores públicos municipais, proporcionando-lhes condições de trabalho adequadas e seguras. Além disso, ao demonstrar preocupação com o bem-estar de seus trabalhadores, o município fortalece a imagem institucional e aumenta o engajamento e a motivação dos servidores.

2.5. Eficiência nas Ações Municipais: A contratação desses serviços e a aquisição dos materiais garantirão maior eficiência na execução dos serviços urbanos essenciais, como a limpeza pública, jardinagem e serviços elétricos, permitindo que os profissionais desempenhem suas funções de maneira mais segura e eficaz. O uso de fardamento e EPIs adequados, além de proteger a integridade dos trabalhadores, contribui para a continuidade dos serviços sem interrupções ou acidentes, essencial para o funcionamento da cidade.

Diante disso, a contratação do serviço de confecção de fardamento e a aquisição de EPIs são medidas indispensáveis para a melhoria das condições de trabalho, segurança e qualidade dos serviços prestados pela

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do município de Madalena/CE. A implementação dessas ações reflete o compromisso com a segurança e o bem-estar dos servidores, garantindo a continuidade das operações essenciais à população local.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').

A solução proposta compreende a contratação de empresa especializada para a confecção de fardamento padronizado e a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), de forma a atender de maneira integrada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Madalena/CE.

O ciclo de vida do objeto inicia-se com a elaboração do projeto básico e especificações técnicas, que definem os padrões de qualidade e os quantitativos necessários. Em seguida, contempla-se a etapa de seleção da proposta mais vantajosa, com observância aos critérios legais de julgamento, seguida da contratação formal da empresa vencedora, com base em contrato administrativo específico.

A fase de execução do objeto incluirá a confecção e entrega dos fardamentos, conforme modelos e tamanhos previamente estabelecidos, e a entrega dos EPI's, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, devidamente acompanhada por termo de recebimento e atestação pela administração pública.

Durante sua utilização, os materiais entregues deverão proporcionar durabilidade, conforto, segurança e funcionalidade, considerando-se os ambientes de trabalho aos quais os servidores estão expostos. Ainda nesse período, a gestão pública deverá acompanhar e fiscalizar a adequação do uso dos itens fornecidos, conforme os princípios da economicidade e da boa gestão de recursos públicos.

Por fim, o ciclo de vida do objeto encerra-se com o descarte ou substituição periódica dos fardamentos e EPI's, a depender de seu desgaste ou obsolescência, conforme critérios técnicos e temporais, assegurando a continuidade da prestação dos serviços com segurança e identificação adequada.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, com vistas a garantir a segurança, a padronização visual, a durabilidade dos materiais e o pleno atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Madalena/CE:

a) Quanto ao fardamento:

- Confecção de uniformes padronizados e personalizados com a logomarca do Município;
- Tecido resistente, de fácil lavagem e secagem, adequado ao tipo de serviço executado;
- Variedade de tamanhos para atender servidores de diferentes perfis;
- Diferenciação por função, com cores e/ou modelos específicos para garis, jardineiros, eletricitas e demais servidores;
- Costura reforçada, tecido com boa gramatura e acabamento que proporcione conforto e durabilidade.

b) Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):

- Fornecimento de EPI's de acordo com as normas técnicas e regulamentadoras vigentes (especialmente a NR 6 do Ministério do Trabalho);
- Entrega de itens como luvas, botinas, capacetes, óculos de proteção, entre outros, conforme a função do servidor;
- Produtos com Certificado de Aprovação (CA) vigente e validade compatível com o período de uso;
- Garantia de qualidade e resistência compatível com o tipo de atividade desenvolvida;
- Fornecimento de orientações sobre uso, manutenção e troca dos EPI's.

c) Requisitos gerais:

- Todos os itens deverão ser novos, de primeira linha e com garantia contra defeitos de fabricação;
- A contratada deverá realizar a entrega no prazo máximo estipulado em edital, em local previamente indicado pela administração;
- Os produtos serão recebidos mediante conferência e atesto de conformidade por servidor designado;
- A empresa deverá apresentar amostras para aprovação prévia, quando solicitado.

5-MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021),

a) Prazo de Vigência:

O contrato terá vigência **até 31 de dezembro de 2025**, podendo ser renovado conforme as necessidades da administração e de acordo com a legislação vigente.

b) Forma de execução

A contratada será responsável pela **confecção, personalização e entrega dos fardamentos**, bem como pela **fornecimento dos EPI's**, todos devidamente embalados, identificados e em conformidade com os padrões técnicos definidos no termo de referência. A entrega será realizada de forma única ou parcelada, conforme cronograma acordado e demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

c) Fiscalização e gerenciamento

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverá:

- Realizar a conferência dos itens entregues;
- Verificar a conformidade com as especificações técnicas;
- Registrar ocorrências e solicitar substituições quando necessário;
- Atuar como elo entre a contratada e a administração para assegurar a fiel execução contratual.

d) Pagamento

Os pagamentos serão realizados de forma proporcional à entrega e ao aceite definitivo dos itens fornecidos, mediante apresentação de nota fiscal e atesto de conformidade pelo fiscal do contrato, observadas as cláusulas do instrumento contratual e os prazos legais.

6 - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1 - Para a perfeita execução do contrato, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

- 7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.3.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 7.3.4 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

7.4 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.7 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.8 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.9 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.10 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores.

8 - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.1 - A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9 - DO RECEBIMENTO

9.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2 - O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3 - O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.4 - No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.5 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.6 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.7 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).

10.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

10.2 - Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro de Fornecedores;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

§1º A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

§2º Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

§3º A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

§4º O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

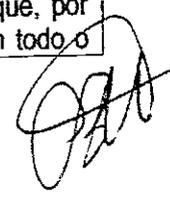
§5º Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

§6º Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

§7º Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.3 - Habilitação Jurídica:

NATUREZA JURIDICA	DOCUMENTO
Pessoa física:	Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o



	território nacional;
Empresário individual	inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI:	Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:	inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:	decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
Sociedade simples:	inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária	- inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

Parágrafo Único: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4 - Habilitações fiscal, social e trabalhista:

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Pessoa física:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); ➤ Documento de identidade (RG); ➤ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. ➤ Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ➤ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Pessoa Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); ➤ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. ➤ Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

	<p>(FGTS);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; ➤ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. ➤ Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ➤ Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; <p>Obs: caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.</p>
--	--

10.5 – Qualificação Técnica e Econômico-Financeira:

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Pessoa física:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, através de atestado ou declaração, fornecido(a) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo identificar: <ol style="list-style-type: none"> 1) Quais o(s) serviço(s) prestado(s); 2) A(s) quantidade(s) do(s) serviço(s) prestado(s).
NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Pessoa Jurídica:	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apresentar certidão negativa de Concordata, Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial expedida pelo Distribuidor Judicial, da sede da empresa ➤ Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, através de atestado ou declaração, fornecido(a) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo identificar: <ol style="list-style-type: none"> 1) Quais o(s) serviço(s) prestado(s); 2) A(s) quantidade(s) do(s) serviço(s) prestado(s).

Parágrafo Único. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MADALENA-CE.

11.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação: Exercício: 2025. Projeto Atividade: 0707.15.122.1501.2.063- **MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**. Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. De terc. pessoa jurídica / 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.



ENCARTE AO TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT PARA EQUIPE DE VARRIÇÃO, JARDINEIRO, COVEIRO E COLETA DE LIXO, CONTENDO: · CALÇA DE ELÁSTICO, C/ BOLSO EM TECIDO TIPO HELANCA, TAMANHO P, M, G OU GG (DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS), NA COR PREDOMINANTE: LARANJA, COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS ABAIXO DOS JOELHOS, NA COR PRATA E BORDAS VERDE; CAMISA PARA USO EM SERVIÇO DE VARRIÇÃO OU SERVIÇOS GERAIS TIPO GOLA CARECA, MANGA LONGA EM TECIDO TIPO MALHA DRY, MALHA COM TRATAMENTO ANTI-PILLING E COM PROTEÇÃO UV, TAMANHO P, M, G, GG E XGG (MASCULINA OU FEMININA), (DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS), COR PREDOMINANTE: LARANJA, COM FAIXA REFLETIVA NAS MANGAS E CINTURA, NA COR PRATA E BORDAS VERDE TIMBRE DA PREFEITURA/OBRAS ESTAMPADO FRENTE E COSTAS.	KIT	130	R\$ 205,93	R\$ 26.770,90
2	CAMISA PARA USO EM SERVIÇO GERAIS TIPO GOLA CARECA, MANGA LONGA EM TECIDO TIPO MALHA DRY, MALHA COM TRATAMENTO ANTI-PILLING E COM PROTEÇÃO UV, TAMANHO P, M, G, GG E XGG (MASCULINA OU FEMININA), (DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS), COR PREDOMINANTE: AZUL, COM FAIXA REFLETIVA NAS MANGAS, NA COR PRATA E BORDAS VERDE, TIMBRE DA PREFEITURA/OBRAS ESTAMPADO FRENTE E COSTAS.	UND	24	R\$ 67,79	R\$ 1.626,96
3	CAMISA PARA USO EM SERVIÇO GERAIS TIPO GOLA CARECA, MANGA LONGA EM TECIDO TIPO MALHA DRY, MALHA COM TRATAMENTO ANTI-PILLING E COM PROTEÇÃO UV, TAMANHO P, M, G, GG E XGG (MASCULINA OU FEMININA), (DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS), COR PREDOMINANTE: VERDE ESCURO/VERDE MILITAR. TIMBRE DA PREFEITURA/OBRAS ESTAMPADO FRENTE E COSTAS.	UND	24	R\$ 65,49	R\$ 1.571,76
4	CAMISA TIPO GOLA POLO, EM TECIDO TIPO PIQUET- TAMANHO P, M, G, GG E XGG (MASCULINA OU FEMININA), (DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS), COR PREDOMINANTE: CINZA. MANGAS COM ACABAMENTO DE PUNHO. TIMBRE DA PREFEITURA/OBRAS EM BORDADO FRENTE E COSTAS.	UND	60	R\$ 54,55	R\$ 3.273,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 33.242,62

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BOTINA SEGURANÇA ELASTICO COM BICO PVC - MATERIAL DE COURO, MATERIAL DA SOLA PU BIDENSIDADE, BIQUEIRA EM PVC, CERTIFICAÇÃO 43377, TIPO DE FECHAMENTO: ELÁSTICO, TIPO DE SOLA FLEXÍVEL. NÚMERAÇÃO VARIADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA.	PARES	60	R\$ 109,93	R\$ 6.595,80
2	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR, PARA GARIS, MATERIAL DALENTE DO ÓCULOS DE SEGURANÇA: POLICARBONATO, COR DALENTE DO ÓCULOS DE SEGURANÇA: INCOLOR, MATERIAL DA HASTE DO	UND	40	R\$ 11,65	R\$ 466,00

ÓCULOS DE SEGURANÇA: PLÁSTICO.					
3	ÓCULOS DE SOL PROTEÇÃO SEGURANÇA FUME ESCURO PRETO- FEITO EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO FRONTAL, COM VENTILAÇÃO INDIRETA.	UND	30	R\$ 14,24	R\$ 427,20
4	LUVA DE SEGURANÇA VAQUETA PETROLEIRA EPI PREMIUM COM REFORÇO PARA GARI-DESCRIÇÃO DA PELECOURO DE VAQUETA-TIPO DE FECHOFIXO-CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA, REFORÇO NAS COSTURAS E NA PALMA INTERNA, ELÁSTICO NA FACE DORSAL.	PARES	100	R\$ 47,02	R\$ 4.702,00
5	LUVA ELETRICISTA LUVA DE SEGURANÇA, MODELO: CUT OIL ANTICORTE, USO: REUTILIZÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, ESTRUTURA: SUPORTE TÊXTIL, MODELO DA ESTRUTURA: TRICOTADO, MATERIAL SUPORTE: FIOS SINTÉTICOS DE ALTA PERFORMANCE E NITRÍLICO, PUNHO: TRICOTADO, GRIP: ARENOS, TAMANHOS DISPONÍVEIS: M E G	UND	8	R\$ 43,00	R\$ 344,00
8	CAPACETE DE SEGURANÇA SUSPENSÃO 6 PONTOS CA 29792 - COM LOGO DO MUNICÍPIO ESTAMPADO.	UND	15	R\$ 30,93	R\$ 463,95
9	MÁSCARA, MODELO: PFF2 - 2 SEMIFACIAL, DOBRÁVEL PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS FINAS, FUMOS E NÉVOASCERTIFICAÇÃO INMETRO, COR AZUL EXTERNO E BRANCO INTERNO, CA38.944 , VÁLVULA DE EXALAÇÃO SIM, PESO UNITÁRIO APROX. 9 G.	UND	300	R\$ 2,02	R\$ 606,00
10	BONÉ TIPO PESCADOR COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO COR LARANJA, VERDE ESCURO E AZUL COM LOGÓTIPO DO MUNICÍPIO/OBRAS (DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA) O BONÉ PESCADOR COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO FIXO, PROTEGE DOS RAIOS SOLARES. POSSUI PROTETOR DE PESCOÇO PARA SE PROTEGER DO SOL. SE AJUSTA A QUALQUER CABEÇA, POIS DISPÕE DE UMA CORDINHA, PERMITINDO DEIXAR O CHAPÉU PRESO A ELA. MATERIAL: 100% POLIÉSTER, MEDIDAS: VESTE 55 A 58 CM, CIRCUNFERÊNCIA: 58 CM, LARGURA DA ABA: 8,5 CM, PROFUNDIDADE: 9 CM.	UND	60	R\$ 43,93	R\$ 2.635,80
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 16.240,75

LOTE III					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	PROTETOR SOLAR 2 EM 1 (CORPORAL E FACIAL) FATOR DE PROTEÇÃO DE NO MÍNIMO60 UVA E UVB, RESISTENTE A ÁGUA E AO SUOR, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, 120ML	UND	60	R\$ 36,93	R\$ 2.215,80
2	PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 50 SEM COR, ADEQUADO PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, FORMATO EM BASTÃO PRÁTICOPESO LÍQUIDO DE 4,5G.	UND	60	R\$ 18,81	R\$ 1.128,60
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 3.344,40

ANEXO II –MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____
PROCESSO DE DISPENSA N° _____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° _____

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E
EMPRESA

A Prefeitura de Madalena, através do _____, com sede na Av. Antônio Costa Vieira, N° 181 – Pinhos – CEP: 63.860-000, inscrita no CNPJ sob o n° 23.719.842/0001-01, neste ato representada pelo seu _____ a _____, inscrita no CPF n° _____, portadora da Carteira de Identidade n° _____, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____ sediado(a) na _____, inscrita no CPF n° _____ doravante designada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **processo administrativo n° _____ e do processo de dispensa n° _____**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE FARDAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS (INTERNOS E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS), E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), PARA GARIS, JARDINEIROS E ELETRICISTAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MADALENA/CE.**

1.2. Descrição dos itens objeto da contratação: _____

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 – O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)PREÇO

- 5.1- O valor total da contratação é de R\$
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e



comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6-1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6-2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLAUSULA SÉTIMA - PRAZO DE PAGAMENTO

7-1 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Parágrafo Único. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

CLAUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Além das condições previstas no Termo de Referência, o contrato seguirá as seguintes.

8.1.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.1.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.1.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.1.8. O contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 9.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 10.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.8. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.19.1. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.2.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.2.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.3. O reajuste será realizado por aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Madalena para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

..... de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



ANEXO III – MINUTA DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dados da Empresa Fornecedora da Cotação

Nome Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:		Telefone:	
E-mail:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade/UF:		CEP:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA/MODEL O	V. UN.	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ _____ (_____)						

Validade desta cotação: ____ (____) dias

Cidade-UF, dia de mês de 20--.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
E CARIMBO DA EMPRESA

